



## **REQUERIMENTO Nº                    /2014**

**(do Sr. Deputado Mario Feitoza)**

Requer a revisão do despacho  
aposto à PEC 410, de 2014, com a  
finalidade de promover sua  
desapensação da PEC 223/2003.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência revisão do despacho inicial aposto à Proposta de Emenda à Constituição nº 410, de 2014, de autoria deste Parlamentar, com o devido apoio, que "inclui os incisos XVIII e XIX ao artigo 49 da Constituição Federal", no sentido de promover sua desapensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 223, de 2003, do Senhor Ivan Valente e outros, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica acrescenta inciso II e parágrafo único ao artigo 49 da constituição Federal", visto que são diferentes as finalidades das proposições.

### **JUSTIFICATIVA**

O art. 49 da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para aprovar acordos, atos e tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Não obstante o mandamento constitucional, a interpretação que vem sendo empregada pelos chefes de Governo exclui da apreciação do Congresso Nacional as operações de crédito por meio das instituições de fomento.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO MÁRIO FEITOZA**

Também é do conhecimento que a União Federal tem sido vítima de prejuízos em operações realizadas em território internacional, sobretudo em transações financeiras polêmicas e de viabilidade discutível.

Podemos citar como exemplo as transações relativas à nacionalização da Petrobras em território Boliviano, em 2006; os empréstimos do governo concedidos a Cuba, ou a compra da refinaria de petróleo em Pasadena, Texas (EUA), em 2006, como os sucessivos perdões de dívidas contraídas por outros países, sobretudo os africanos.

De outra parte, a Proposta de Emenda à Constituição nº 223, de 2003, do nobre Parlamentar Ivan Valente, trata de uma outra vertente dos acordos internacionais, desta feita, dos empréstimos solicitados pelo Brasil a agências internacionais, no caso o FMI. Ressalte-se que esses empréstimos tem se rareado, passando o Brasil à posição de credor internacional. Deste modo, a PEC 223/2003 perde sua finalidade e poder de apelo legislativo.

Ante o exposto, considerando que a proposta da PEC 410, de 2014 difere sobremaneira da proposta da PEC 223/2003, solicito seja deferido novo despacho à PEC 410 de 2014, no sentido de autorizar sua tramitação independente e seu imediato despacho à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para apreciação da admissibilidade sob os aspectos constitucionais.

Sala das Sessões, em        de setembro de 2014.

**Deputado MÁRIO FEITOZA**  
**PMDB/CE**